

Páx. 7

Segurança e direitos humanos

IRENE KHAN

Vilmar, um seringueiro de 50 anos que passou toda a sua vida trabalhando na floresta acreana, foi gravemente ferido por um tiro disparado pela polícia que, sem mandado, invadiu sua casa em uma madrugada de fevereiro de 2002. A polícia o confundiu com um criminoso que havia sido mostrado no programa "Linha Direta". Vilmar, que estava desarmado, ficou paralítico e provavelmente nunca mais voltará a trabalhar.

Jhonny, um menino de 12 anos que costumava limpar pára-brisas nos sinais de trânsito em Belém, no Pará, também se encontra confinado a uma cadeira de rodas devido aos ferimentos de bala que ele sofreu em dezembro de 2001 enquanto trabalhava nas ruas. Jhonny também não deverá mais poder trabalhar.

Na superfície, estes parecem ser apenas dois entre os muitos casos de extrema brutalidade que ocorrem diariamente nas cidades brasileiras, onde a criminalidade atingiu níveis sem precedentes, ou nas áreas rurais, onde as tensões e os conflitos relacionados à posse da terra têm freqüentemente levado a explosões de violência.

No entanto, o que faz com que esses casos se destaquem nas estatísticas gerais da criminalidade é que Vilmar e Jhonny, sem razão justificável, foram baleados por policiais, as mesmas pessoas que deveriam proteger os direitos dos cidadãos e garantir sua segurança.

Vilmar e Jhonny, comparativamente, tiveram sorte: centenas de pessoas morrem todos os anos no Brasil em decorrência do uso excessivo da força ou de homicídios deliberadamente cometidos pelas forças policiais, bem como de execuções praticadas nos moldes de esquadrões da morte, freqüentemente ligados à polícia. Na grande maioria dos casos, as investigações, quando ocorrem, são lentas e ineficazes, e as vítimas, seus familiares, testemunhas, advogados e defensores dos direitos humanos que buscam justiça para esses casos são muitas vezes alvo de ameaças e ataques.

A sociedade brasileira, sem dúvida, vive com medo. A classe média sente-se cada vez mais ameaçada em seu direito de viver com segurança. Aqueles que vivem em comunidades urba-

nas carentes estão encurralados em uma espécie de terra-de-ninguém, entre a violência de gangues de criminosos que matam e torturam e a violência da resposta do Estado a essa situação. As forças policiais não possuem recursos suficientes, são mal treinadas e equipadas, e recorrem a soluções brutais e improvisadas na ausência de uma abordagem coerente das questões de segurança pública.

Campanhas na mídia e declarações inflamatórias de políticos contribuem para alimentar ainda mais uma atmosfera de "estado de sitio". Nesse clima, a violação dos direitos fundamentais — o direito à vida, o direito a não ser torturado, o direito a ser considerado inocente até que se prove o contrário — parece ter se tornado para alguns um preço aceitável a ser pago em nome da segurança pública.

Viver em uma sociedade segura é certamente um direito que todos deveriam ter. Mas aceitar que possa haver barganha entre segurança e direitos humanos é um perigoso engano.

Da mesma maneira que em nível internacional a "guerra ao terrorismo", declarada após os ataques de 11 de setembro, não deve ser usada para justificar a restrição às liberdades civis e aos direitos básicos dos indivíduos, também em nível doméstico a "guerra ao crime" não deve ser conduzida à custa dos direitos fundamentais de grande parte dos brasileiros.

Ao contrário do que muitos parecem crer, direitos humanos e segurança não são incompatíveis. Na verdade, garantir os direitos humanos de todos, com base no pleno respeito ao estado de direito, é o alicerce sobre o qual se deve construir uma segurança real e duradoura. A chave para se obter segurança pública é um policiamento melhor, não mais brutal. Até que os métodos de policiamento e o sistema penitenciário estejam firmemente baseados em verdadeiro respeito pelos direitos humanos, e até que todos os abusos cometidos por agentes encarregados de cumprir a lei sejam investigados, que os responsáveis sejam levados à jus-

tiça e que as vítimas sejam compensadas, será virtualmente impossível quebrar o ciclo de violência e medo.

Um ciclo que se alimenta da impunidade de que gozam os que abusam dos direitos humanos "em nome da lei" e no sentimento de afronta que isso causa nas pessoas mais expostas à violência aprovada pelo Estado nas ruas, prisões e delegacias de polícia.

É preciso visão e coragem para quebrar esse ciclo e enfrentar os problemas em suas raízes. Isso é o que a Anistia Internacional discutiu nos últimos dias com os candidatos à Presidência, e um deles terá que enfrentar o desafio de assegurar que o que aconteceu a Vilmar, Jhonny e a milhares de outros não se repetirá; que a tortura se torne coisa do passado; que a justiça seja feita em todos os casos de violações dos direitos humanos, alguns dos quais estão pendentes há décadas, e que os internos das prisões brasileiras não sejam mais mantidos em condições subumanas.

A guerra ao crime não deve ser conduzida à custa dos direitos fundamentais

A tarefa que se apresenta pela frente é, com certeza, imensa e assustadora. O próximo governo, porém, não estará sozinho para enfrentá-la. Por todo o Brasil, milhares de homens e mulheres de todas as origens, líderes comunitários, advogados, integrantes de organizações não-governamentais, religiosos e muitos outros estão arriscando sua própria segurança para defender os direitos humanos de todos os brasileiros. Eles não apenas têm que enfrentar as ameaças e intimidações de setores poderosos cujos abusos tentam expor, como também enfrentam uma crescente hostilidade do público e da mídia que os rotulam como "defensores de bandidos", minando assim a legitimidade de seu trabalho.

Ouvir essas pessoas, trabalhar com elas e apoiar publicamente o trabalho inestimável que prestam à sociedade brasileira deve, seguramente, ser o primeiro passo para garantir um maior respeito aos direitos humanos de todos os brasileiros.

IRENE KHAN é secretária-geral da Anistia Internacional.